

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA VARA  
CRIMINAL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DA  
XXXXXXXX-XX**

Autos do Processo nº: XXXXXXXX

**FULANO DE TAL**, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, assistido pela DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do artigo 403, § 3º, do Código de Processo Penal, vêm, perante Vossa Excelência, oferecer

<b>MEMORIAIS</b>
------------------

fazendo-os nos seguintes termos.

**I - BREVE RELATO:**

O Ministério Público denunciou o réu, peça acusatória de fls. XX, como incurso nas penas do artigo 157, § 2º, inc. I e II, do CPB e art. 244-B, da Lei nº 8.069/90.

Inquérito às fls. XX; recebimento da denúncia (fl. XX), citação pessoal do assistido (fl. XX); resposta à acusação (fls. XX). Audiência de instrução e julgamento realizada (fls. XX). Encerrada a instrução processual, na fase de diligências complementares do artigo 402 do Código de

Processo Penal, as partes nada requereram. Vieram os autos para apresentação de memoriais, após o oferecimento pelo Ministério Público (fls. XX).

É o relato do necessário.

## **II - DO DIREITO:**

### ***2.1 - Da Confissão***

A Defesa expõe requer aplicação da pena no mínimo legal, em face da contribuição presente no interrogatório judicial do acusado, quando assumiu a autoria criminosa pela **confissão espontânea em Juízo** (fls. XX).

Dessa forma, a pena **definitiva** do denunciado deve ser fixada no seu **mínimo legal** (art. 33, § 2º, alínea “c” e § 3º do CP), pois as circunstâncias do art. 59 do Código Penal lhes são favoráveis.

Assim, a Defesa Técnica requer que, por ocasião da prolação da sentença, a pena definitiva seja fixada no mínimo legal.

## **III - DO PEDIDO**

Ante o exposto, requer a fixação da pena definitiva no mínimo legal pela aplicação da atenuante da confissão espontânea e a garantia da assistência judiciária

gratuita.

Nestes Termos, Pede Deferimento.  
XXXXXXXX/XX, XXXXX.

**FULANO DE TAL**  
DEFENSOR PÚBLICO